

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA URBANA E EDUCAÇÃO

Maria Angela Borges Salvadori

RESUMO

Pretende-se analisar o papel do “lugar” na construção de identidades sociais e a importância da preservação de diferentes suportes da memória urbana como garantia de legibilidade dos espaços e segurança afetiva dos moradores. Este trabalho está relacionado, assim, ao tema da “educação patrimonial” e as múltiplas possibilidades para seu encaminhamento, dentro e fora da instituição escolar.

Palavras-chave: patrimônio histórico – memória – educação – preservação

ABSTRACT

This paper analyses the role of placement in building social identities and the importance of the preservation of different supports of urban memories as a guarantee of legitimation of spaces and safety tenants. So, this study relates to education as a way of preserving the historical heritage and the multiple possibilities for its guiding in and out scholar institutions.

Key words: historical heritage – memory – education - preservation

UM OLHAR RETROSPECTIVO

Em termos oficiais, e considerando-se desde a Constituição de 1824, as leis brasileiras são bastante inócuas no que diz respeito à cultura em geral e ao patrimônio histórico e cultural, em particular. Esta ausência, embora seja resultado em parte da impossibilidade de se regulamentar e disciplinar juridicamente a diversidade de práticas culturais que podem ser encontradas em uma sociedade historicamente constituída, indica um certo abandono, quase descaso (Cf. Bosi, 1992, pp. 208-218). Durante o Império, a idéia de cultura esteve limitada às oligarquias e, quase sempre, pensada enquanto assimilação de padrões de mentalidade e de comportamento estritamente europeus. Era, portanto, vista antes como valor do que como atributo. Num país ainda cindido entre senhores e escravos, a cultura não era entendida como dimensão da existência humana e sim como um distintivo social passível de aquisição apenas

Doutora em Educação (FE/ UNICAMP). Docente das Faculdades de Educação e Psicologia das Escolas e Faculdades Padre Anchieta.

para os grupos aristocráticos, legalmente instituídos como cidadãos. O que predominava era a total ausência de reconhecimento do outro como detentor de uma visão de mundo e de representações culturais. Naquele contexto, tanto eram encontradas posturas que relacionavam “cultura”, “civilização” e “razão”, numa tradição que remonta ao iluminismo francês quanto uma visão mais romântica que atrelava a noção de cultura a uma “bondade natural” do homem, um estado de espírito mais ingênuo, anterior às convenções sociais. O patrimônio era, por decorrência, ora livresco, ora arqueológico.

As preocupações com a cultura no âmbito das ações políticas institucionais são mais visíveis no contexto da emergência das classes trabalhadoras nos cenários urbanos, principalmente no início do século XX e diante da necessidade, por parte do Estado, em controlá-las. Se, até os anos 1920, a idéia de cultura era domínio das elites e enquanto tal usada para a garantia de diferenciação social, daí em diante, e principalmente a partir dos anos 1930, este domínio passa a ser feito pelo reconhecimento da diversidade cultural do país e pela manipulação de práticas populares enquanto símbolos possíveis para se forjar a idéia de unidade nacional. Durante o governo Vargas, este processo ganhou força, o que pode ser exemplificado pelo carnaval que, de festa popular de rua marcada pela idéia de inversão, foi transformado em evento nacional tendo seu desfile permitido em locais específicos e desde que os temas fossem “nacionais”. O mesmo aconteceu com a capoeira que de “dança-luta” proibida e perseguida pela polícia, viu-se reduzida à “prática esportiva”, permitida em recintos fechados. O Departamento Oficial de Propaganda e Difusão Cultural, criado durante o governo getulista avisava sobre o que viriam a ser, mesmo após 1945, as relações entre Estado e cultura. Uma análise preliminar do conjunto das políticas públicas de lá para cá, indica a permanência de elevado padrão de homogeneização que pode ser identificado nas três esferas de governo ao longo do século XX. Esta homogeneização se dá, em primeiro lugar, pelo fato de que as ações são sempre pontuais, isoladas, desvinculadas de um projeto mais amplo que as integre e oriente, ou seja, a cultura é reduzida ao espetacular e ao eventual; em segundo lugar, são pensadas preferencialmente a serviço do Estado. Os Departamentos de Cultura, em geral, se tornaram agências de promoção política onde o que era interpretado como “popular” sofria processos de reformulação e controle a fim de que eventuais conteúdos de crítica e resistência fossem banidos para, em seguida, uma vez distorcidos de seus significados anteriores, serem oficialmente reconhecidos e devolvidos.

Simultaneamente, ao longo de todo o século XX, e sob o mito da superação de um suposto atraso econômico, a destruição dos suportes físicos da memória urbana foi justificada pela idéia das “grandes obras”, avenidas, viadutos que garantiriam a circulação eficiente das pessoas e das mercadorias pelas médias e grandes cidades. Uma visão utilitarista de cidade, cuja face mais cruel é a especulação imobiliária, resultou na destruição sistemática dos registros do

passado e das muitas memórias que eles evocavam, numa política de exílio de seus próprios cidadãos¹. Resultou, também, numa concepção específica de patrimônio histórico restrita mais à preservação do prédio ou monumento e menos ao modo de sua significação por parte de diferentes sujeitos sociais, individuais ou coletivos. É preciso, portanto, repensar o próprio conceito de patrimônio histórico.

PATRIMÔNIO: UM BEM PARA ALÉM DA SUA TANGIBILIDADE

Durante longos séculos, a idéia de patrimônio histórico urbano esteve restrita ao monumentos ou outros bens móveis considerados isoladamente. O traçado das ruas, o modo de vida das pessoas na cidade não eram compreendidos em sua dimensão histórica. Na Paris do século XIX, por exemplo, muita gente competente, como Haussmann, para citar apenas um, entendia que a produção de uma cidade saudável dependia da demolição de sua configuração anterior. Théophile Gautier, por exemplo, afirmava:

“A Paris moderna seria impossível na Paris de outrora (...). A civilização abre largas avenidas no negro labirinto das ruelas, das encruzilhadas, das ruas sem saída da cidade velha; ela derruba as casas como os o pioneiro da América derrubava as árvores (...). As muralhas apodrecidas desmoronam para fazer surgir de seus escombros habitações dignas do homem, nas quais a saúde entra com o ar e o pensamento sereno com a luz do sol” (apud Choay, 2001, p. 176).

Mas em vozes contrárias a este movimento, tal como o clamor de alguns escritores românticos, é possível perceber que a cidade era pensada como patrimônio; não alguns de seus monumentos isolados, mas sua “atmosfera”. Os motivos que levaram à construção da cidade, em sua materialidade, como objeto de investigação histórica, estão, contudo, para além da nostalgia desses românticos; ligam-se à transformação do espaço urbano a partir da aceleração do processo de industrialização e os primeiros profissionais a se dedicarem a ele foram os engenheiros, arquitetos e geógrafos. Tratava-se de comparar a cidade do passado com a cidade do presente num esforço explicativo que não visava, necessariamente, a sua preservação. Pelo contrário, por muitas vezes, a compreensão da dimensão histórica das cidades era usada para sua destruição, justificada pela idéia tão cara do progresso.

Na Europa, o resultado destas polêmicas pode ainda hoje ser observado numa política de planejamento urbano que garante a continuidade não apenas

¹ . Uma observação sobre estas últimas linhas: é necessário esclarecer que este procedimento mais comum encontra, às vezes, algumas exceções. Neste sentido, as administrações de Gianfrancesco Guarnieri durante o governo do município de São Paulo por Mário Covas e, posteriormente, a de Marilena Chauí, tendo à frente do Departamento do Patrimônio Histórico a professora Déa Fenelon, na gestão petista de Luíza Erundina, são exemplos memoráveis.

de monumentos mas das “malhas urbanas” e dos modos de habitar e circular em muitas cidades (Cf. Choay, 2001, pp. 175-211). No Brasil, contudo, as cidades cresceram de forma absolutamente desordenada e os “pedaços” dela que ainda guardam marcas de outros tempos foram preservados menos pela intencionalidade e mais pela dinâmica social, de especulação imobiliária e dos deslocamentos populacionais. O melhor exemplo deste tipo de procedimento pode ser encontrado nas ruas dos centros de médias e grandes cidades que, não sem exceções é claro, hospedam um comércio tradicional que é cada vez mais engolido pelos *shoppings centers* ou um comércio “popular”. Como resultado, sua constituição permanece parcialmente inalterada e parte de suas edificações também, embora a maioria absoluta delas seja encoberta por letreiros e painéis que descaracterizam suas fachadas e contribuem para a poluição visual do ambiente urbano, tornando-o hostil ao próprio habitante. Os centros, assim, se tornaram lugar de passagem, recebendo cuidados bem menores do que aqueles dedicados aos lugares de permanência².

O medo, agravado pelos problemas sociais que todos conhecemos, acaba por ser o sentimento predominante do cidadão que percorre estas ruas com insegurança e estranhamento. O lugar, contudo, desempenha um papel fundamental na construção da identidade social, uma referência obrigatória para a constituição de uma imagem de si mesmo, do outro e do mundo ao redor. A casa, a moradia, a fábrica, as ruas e as cidades são um parâmetro básico não apenas de orientação geográfica mas principalmente de localização social. Estudando as imagens da cidade, Kevin Lynch indica que a legibilidade dos “espaços”, fisicamente definidos, é fundamental para a segurança emocional de seus habitantes (Cf. Lynch, 1997). Embora esta legibilidade não seja um dado exclusivamente físico, pois envolve também o modo como uma cidade é percebida por seus moradores numa espécie de diálogo entre o “objeto” e o “observador”, ela encontra em referências físico-espaciais a possibilidade de “vir a ser”. É exatamente por relacionar o ambiente físico ao seu observador que Lynch escolhe o conceito de “imaginabilidade” para tratar da questão urbana, por ele assim definido:

“A característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado, é aquela forma, cor ou

disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis do ambiente. Também poderíamos chamá-la de legibilidade ou, talvez, de visibilidade num

² . Por vários motivos, atualmente, existem cidades que trabalham na “revitalização” de seus centros urbanos, necessidade ditada tanto pelos aspectos econômicos quanto pelo esgotamento das áreas de possível expansão.

sentido mais profundo, em que os objetos não são apenas possíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes aos sentidos” (Lynch, 1997, p. 11).

Assim, as vias de uma cidade, o desenho de suas ruas, seus marcos externos (atributos que também podem ser da natureza), seus limites, bairros, acessos, são elementos que configuram as formas e os sentido que ela vai tendo ao longo de sua existência. São eles também que podem oferecer caminhos para recordações e simbolizações que conferem aos seus moradores sentimentos de aconchego ou estranhamento, proximidade e distância, sentimentos nos quais a memória possui papel de destaque; constitui, provavelmente, sua matéria prima. A memória, sabemos todos por experiência, funciona de forma topográfica, está presa aos lugares a partir dos quais ela desperta, *“se decanta nos locais em que vivemos e que se inscreveram na nossa mente, assim como deixamos as marcas do nosso corpo em uma velha poltrona”* (Seligman-Silva, 2001, p. 4). O espaço, portanto, não é simplesmente uma paisagem que se olha mas sim um lugar onde se compartilham elementos culturais, símbolos e representações da realidade. A análise das cidades, portanto, precisa ultrapassar a noção de artefato técnico, passível de planejamento e controle absolutos – tal como desejaram alguns dos mais reconhecidos arquitetos do XIX – para reencontrar sua dimensão essencialmente humana, para que possam ser compreendidos os valores e as idéias a partir dos quais elas foram erguidas ou arrasadas.

Em outras palavras, o conceito de patrimônio histórico – urbano ou qualquer outro – implica também no conceito de espaço histórico, entendido principalmente em sua dimensão de conflito. O espaço histórico é resultado não da intervenção técnica mas de escolhas políticas, de concepções de sociedade e de mundo. O que está em jogo, quando se fala na questão da preservação do patrimônio, não é a proteção do bem em si, mas de toda uma trama de significações sociais e das lutas políticas ao redor das mesmas. Para usar a consagrada expressão de Walter Benjamin os bens patrimoniais são, simultaneamente, *“documentos de cultura e documentos de barbárie”* pois, se demonstram a capacidade humana de produção, mostram também a destruição em massa de sua própria história (Benjamin, 1985, p. 157). A cidade aparece, assim, como o lugar mais evidente de destruição voluntária e deliberada dos legados do passado e, embora nascida sob o signo do agrupamento, do coletivo, vê-se gerida pela vontade de indivíduos e grupos particulares que a transformam em objeto de especulação e controle. Apagar as marcas do tempo na cidade, num furto de suas referências espaciais e afetivas, é colocar dificuldades tanto para seu reconhecimento quanto para a sua apropriação. Restam a saudade e as lembranças que constituem um patrimônio intangível, transcendente ao tempo cronológico breve de nossas vidas.

A idéia do patrimônio como um “valor” intangível está presente em *A infância*

berlinense por volta de 1900, obra na qual Benjamin tenta preservar, pelo registro escrito de suas memórias, aquilo que para ele era sua cidade natal (Benjamin, 1995, pp. 71-142). A compreensão de seus registros passa, em primeiro lugar, pelo reconhecimento do momento específico no qual foi escrito: a ascensão do nazismo o colocava em situação de exílio e as suas memórias são aqui, também, despedidas. Em segundo lugar, é preciso atentar para o modo da escrita pois o texto, por vezes, assemelha-se ao de uma “criança” que percorre os lugares da cidade. O autor, que naquela ocasião contava com cerca de 40 anos, reencontrava nas lembranças das ruas da cidade de Berlim da virada de século o menino que um dia foi. O texto é dedicado ao seu filho, como uma herança de família, para que este também saiba sua “linhagem”, seu lugar e os modos de vida que o caracterizam; é o texto de um menino que não mais existe para um outro menino cujo futuro está por vir e, nesse sentido, carrega tanto a dor da perda quanto a esperança. A memória registrada em um momento de ameaça é produzida no presente como ato de resistência e vontade. É um sujeito histórico, portanto, que realiza a preservação na reafirmação de sua identidade no momento mesmo de sua perseguição, um conflito entre a vida e a morte. Neste caso, é a vida que, simbolicamente, vence. A pergunta a ser respondida, portanto, não é o que preservar, como se a permanência física de um atributo fosse a única conquista possível. O importante é a questão do “por quê” preservar cuja resposta ultrapassa a visão técnica; o problema não está apenas nas coisas tangíveis mas principalmente nas representações, lembranças e esquecimentos que elas podem proporcionar. A questão da preservação não pode ser submetida ao “valor de troca” de um bem; deve-se dar prioridade ao seu “valor de uso” ou, dizendo de outro modo, um valor cuja mensuração não é possível mas do qual a compreensão é fundamental.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

A questão da preservação do patrimônio histórico está, portanto, diretamente relacionada ao processo de construção de identidades sociais. A noção de identidade, por sua vez, é quase sempre ligada à idéia de permanência, de idêntico, embora estas não sejam suas formas exclusivas quando consideradas a memória, as formas narrativas e a história. Nestes campos, a identidade pressupõe também o reconhecimento da mudança e da diferença, tanto em relação ao outro como em relação a si mesmo. Reconhecer uma identidade não significa, portanto, marcar apenas uma constante, uma permanência; é também reconhecer a própria temporalidade pelo entendimento da mudança. Este processo de reconhecimento temporal da identidade – seja porque é dotado de historicidade, seja porque é uma dimensão do tempo que se recupera – concretiza-se numa forma narrativa. Esta forma narrativa, por sua vez, não está apenas no texto escrito; pode ser vislumbrada também na disposição dos objetos

no espaço, no ordenamento temporal de eventos, na organização de acervos documentais de natureza escrita ou iconográfica e se constitui numa elaboração sempre social de normas, valores, idéias nas quais os indivíduos e grupos se reconhecem e se dão a conhecer.

Do mesmo modo, a disposição espacial de uma cidade, de suas ruas e avenidas, de seus monumentos, de seus edifícios públicos, dos bairros, também “conta” uma história que diz respeito tanto à relação dos homens entre si quanto destes para com o espaço. Nesse sentido, atualmente, o conceito de “educação patrimonial” vem sendo muito utilizado enquanto conjunto de programas e projetos institucionais – de escolas, museus, acervos, governos municipais, estaduais e federal – a serem desenvolvidos junto às comunidades locais como estratégia para que as mesmas possam tomar como seus os patrimônios tradicionalmente reconhecidos como tais ou, ainda, possam constituir novos patrimônios a partir de sua própria ótica de compreensão da realidade presente e passada. O objetivo principal desta “educação patrimonial” é resgatar uma relação de afeto da comunidade para com o patrimônio através de alguns procedimentos básicos como a observação, o registro, a pesquisa e, finalmente, a apropriação, momento em que os significados atribuídos pela comunidade a um determinado bem patrimonial devem vir à tona.

A idéia central deste artigo, no que tange à educação patrimonial, é que para além dos museus e das escolas, a própria cidade constitui um espaço para a produção de conhecimento capaz de permitir a distinção entre público e privado e de fortalecer práticas de cidadania. A comparação entre o passado e o presente, principalmente a partir de fotografias da cidade, neste sentido, tem se mostrado um dos caminhos mais eficientes para este processo de “sensibilização” em relação à história urbana³. A mais importante contribuição deste trabalho está em oferecer ao cidadão, dentro e fora da escola, a possibilidade de compreensão do espaço da cidade enquanto resultado de conflitos e escolhas humanas que podem ser resgatados. Por conseqüência, este processo indica que também o futuro será construído por estes parâmetros e que a decisão sobre o que deverá ser mantido e o que deverá ser destruído, quase sempre justificada como promoção do progresso e em nome do desenvolvimento econômico, é política. Especificamente na instituição escolar, este tipo de trabalho é recente e ainda problemático. Os livros didáticos, não sem exceções, pouco dizem sobre a questão e, quando ela aparece, está muitas

³ . Neste sentido, penso que podem ser considerados dois exemplos: o primeiro, as exposições de rua realizadas na cidade de São Paulo pelo Departamento do Patrimônio Histórico entre 1989 e 1992 e, a segunda, publicações institucionais da Prefeitura do Município de Jundiaí. Ver, respectivamente: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Paulicéias Perdidas*. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1991; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE/PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. *O centro da cidade*. Jundiaí, SP: SMPMA/PMJ, 1998. (Memórias, vol. 1); SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE/PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. *Lugares*. Jundiaí, SP: SMPMA/PMJ, 2000. (Memórias, vol. 2).

vezes relacionada ao patrimônio oficialmente reconhecido. Do mesmo modo, as imagens que rodeiam os livros didáticos ou estão dispostas como simples ilustrações, o que em termos editoriais está mais ligado à estética das páginas e ao “descanso” do leitor, ou reproduzem ícones de uma certa memória nacional repetida e consagrada como sinônimo de sua história⁴. Uma visão restrita de educação, fechada no espaço da sala de aula e no texto escrito, também dificulta – para professores e alunos – um trabalho que tem no espaço público a sua principal fonte. Um passeio pela cidade que busque o questionamento mais a observação, pode levar tanto ao conhecimento das escolhas feitas quanto das propostas derrotadas e esquecidas. Mais que isto, a comparação envolve também uma dimensão do tempo futuro pois permite a compreensão de que estas escolhas estão sempre a acontecer.

Neste mesmo sentido, é fundamental que os acervos públicos sejam popularizados pois somente o acesso à informação, direito fundamental, pode garantir esta apropriação. Sua organização deve estar não apenas ao serviço dos especialistas, o que também é uma forma de restrição, mas principalmente ao serviço dos leigos a fim de que sejam realmente bens públicos. No fundo, e é isto que se quer dizer, não se trata tanto de uma dificuldade técnica, embora esta seja uma dimensão pertinente, mas sim de uma escolha política que é, como todas, o resultado de um embate, aberto ou velado; embate este que inclui o reconhecimento do passado não só como um legado mas também como um direito. Um embate a ser travado dentro e fora das salas de aula, no diálogo com instâncias do poder público, na divergência dos projetos políticos, formalmente organizados ou não, e com a diversidade de experiências históricas que dão às cidades os seus contornos.

A educação patrimonial, assim, transcende o entendimento da cidade que herdamos para encontrar a dimensão da cidade que queremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. A infância berlinense por volta de 1900. In. *Obras escolhidas – rua de mão dupla*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In. KOTHE, Flávio R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.

BOSI, Alfredo. A educação e a cultura nas constituições brasileiras. In. BOSI, Alfredo(org.). *Cultura Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

⁴ . Ver, por exemplo: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP/ Estação Liberdade, 2001.
- DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Paulicéias Perdidas*. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1991.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE/PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. *O centro da cidade*. Jundiaí, SP: SMPMA/PMJ, 1998. (Memórias, vol. 1).
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE/PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. *Lugares*. Jundiaí, SP: SMPMA/PMJ, 2000. (Memórias, vol. 2).
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Sebald narra 'catástrofes silenciosas'. In. *Folha de São Paulo*, 1º de setembro de 2001. (Caderno Especial, p.4.).